

Rio+20 aponta falsas soluções

Cúpula dos Povos denuncia a retirada de direitos humanos e sociais do documento da Rio+20 e aponta a agroecologia como uma proposta viável e realmente sustentável.

Págs. 6 e 7

Remoções ameaçam comunidades inteiras

Famílias que vivem em áreas de interesse econômico em todo o mundo lutam pelo direito à cidade.

Pág. 3

Participação social no setor energético

A falta de acesso à energia é um dos fatores que levam à concentração de renda.

Pág. 5



Thiago Ripper

Marcha em defesa dos bens comuns e contra a mercantilização da vida realizada na av. Rio Branco, centro do Rio

Povos do mundo colorem o Rio

Construída pelos movimentos sociais, sindicais e de organizações não governamentais, a Cúpula dos Povos foi realizada em junho no Rio de Janeiro, em oposição ao evento da ONU, a Rio+20, e contou com grande participação popular. A cidade do Rio recebeu entidades e movimentos sociais de várias partes do mundo, mudando completamente o visual do aterro do Flamengo e encheu de manifestantes a av. Rio Branco, com seus protestos criativos e exóticos.

Algumas dessas manifestações contaram com a presença de mais de 50 mil pessoas, reunindo ecologistas, quilombolas, sem-teto, sem-terra, feministas, homossexuais, professores em greve, hare krishnas, evangélicos, numa verdadeira profusão de diversidade. O tom dessas manifestações foi a crítica à chamada economia verde, um dos temas escolhidos pelo evento oficial.

O Senge-RJ participou de vários desses eventos tanto o oficial como o paralelo. Participamos em mesas sobre as questões de energia, de água e saneamento ambiental e sobre os problemas de segurança alimentar. Defendemos em todos os momentos o aumento dos investimentos governamentais em políticas públicas nessas áreas e que se refletem diretamente na melhoria da saúde e do bem-estar da população brasileira.

Alertamos para a crescente onda de mercantilização dos serviços públicos e de sua contínua degradação. Denunciamos o escandaloso preço da tarifa de energia elétrica e a transformação de nossas empresas de energia em entidades voltadas para os negócios e o mercado; além da mudança gradativa na sua gestão de pública para privada. O evento mobilizou toda a cidade do Rio de Janeiro e chamou a atenção do Brasil.

Cúpula dos Povos: caminhos abertos para seguirmos adiante

FASE - SOLIDARIEDADE E EDUCAÇÃO*

A Cúpula foi vitoriosa ao apostar na construção de convergências. Este pode ser considerado um salto de qualidade em relação ao Fórum Global de 92, quando os debates – das mulheres, dos agricultores, dos ambientalistas, dos cidadãos por direito à cidade – se organizavam de modo setorial e temático. É necessário seguir em processos de convergência e diálogo para que, a exemplo de 92, este seja o início de um novo ciclo de lutas. Neste sentido, é preciso avaliar também fragilidades do nosso processo, como as lacunas na articulação internacional e a formulação de sínteses sobre as alternativas, que existem – sabemos no cotidiano dos territórios em todas as regiões do mundo, mas não transparecem sistematizadas a contento na Declaração Final.

Há muito que trabalhar frente às grandes corporações. Em nossa avaliação, elas não vieram ao Rio de Janeiro para travar debates, mas para mostrar o que chamam de alternativas tecnológicas – e nós chamamos de falsas alternativas. Marcaram posição na mídia e ocuparam grande espaço na Rio+20 – não é difícil constatar que as Nações Unidas estejam capturadas pelo lobby das empresas. E é lamentável assistir ao resultado da conferência oficial: apesar de não nos surpreender, seu fracasso superou nossos piores temores.

A crise global levou a Conferência da ONU a posições no campo defensivo e de manutenção das bases de sustentação do crescimento econômico a qualquer custo. O impasse entre os blocos de poder em que

se dividem os Estados bloqueou um consenso em torno da reciclagem do modelo dominante e da emergência do capitalismo verde como nova proposta hegemônica. Evidência disto foi a recusa à constituição de um fundo para o desenvolvimento sustentável no montante de 30 bilhões de dólares, quantia irrisória se comparada com as centenas de bilhões de dólares destinados à retomada do funcionamento do capitalismo nas mesmas bases predatórias de sempre.

Cabe ressaltar que, se a declaração da Conferência não consagrou – com a centralidade que alguns pretendiam – o projeto da economia verde de mercantilização e financeirização da natureza, o espaço dado na Rio+20 para o setor privado o deixou avançar nessa direção, inclusive apresentando a sua “Declaração de Capital Natural”, na qual são chamados de “ativos” bens comuns como a água, o ar, o solo e as florestas.

Temos como resultado da Rio+20 o mais baixo patamar possível de compromisso com a sustentabilidade e o enfrentamento da crise global. Adicionalmente, temos consciência do contexto de fragmentação da esquerda no qual todo o processo de organização da Cúpula foi realizado. Ressaltamos este momento da Cúpula dos Povos como de importantes conquistas políticas, sobretudo em um cenário de criminalização dos movimentos sociais e ONGs. É preciso agora fortalecer os caminhos para seguirmos adiante.

*Uma das ONGs que integraram o Comitê Organizador da Cúpula

Não é difícil constatar que as Nações Unidas estejam capturadas pelo lobby das empresas.



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277, 17º - andar Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733
Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br
imprensa@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virgínia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL

Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL

Titulares: Nei Rodrigues Bezerra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:
Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Estagiária: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisora: Beatriz Fontes

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 6.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Queremos cidades para todos!

Movimentos sociais denunciam remoções de comunidades em áreas de interesse econômico em todo o mundo

Marcelle Pacheco

Ativistas de todo o mundo se reuniram em junho na Cúpula dos Povos e denunciaram as remoções de comunidades causadas por megaeventos e megaempreendimentos. O evento, que aconteceu no Rio de Janeiro, uniu os manifestantes, que lutam por moradias dignas e pela reforma urbana.

VIOLAÇÕES NO RIO

No Rio, cerca de 7.200 famílias devem ser desalojadas por causa da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. É o que aponta o dossiê feito pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, “Megaeventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro”. Segundo o documento, desse total, 1.100 famílias já foram retiradas devido a obras diretamente relacionadas com os eventos esportivos ou com a execução de obras de infraestrutura.

De acordo com o Artigo 2º da Constituição Federal, de 1988, “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” mediante a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para a presente e futuras gerações.” No entanto, não é isso que acontece.

Um dos casos que vem ganhando destaque no Rio de Janeiro é o da Vila Autódromo. Desde a década de 90, as 450 famílias da comunidade sofrem com as constantes ameaças de remoção. No entanto, em 2010, quando a cidade foi eleita para sediar as Olimpíadas, essas tentativas se tornaram mais intensas e a prefeitura deu vários motivos para retirar a comunidade. Nenhum deles foi considerado pelos especialistas como realmente consistente.

O último argumento é o viaduto que passaria por cima da Vila Autódromo, ligando a Transolímpica com a Transcarioca, vias expressas que fazem parte das intervenções urbanísticas para os Jogos Olímpicos de 2016. Para Inalva Mendes Brito, presidente da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA), o verdadeiro motivo das tentativas de

remoção é a especulação imobiliária. A Barra da Tijuca é um dos bairros que mais cresce no Rio de Janeiro.

“Para a gente sempre foi muito claro que ali é uma área de especulação imobiliária por conta do compromisso do ex-prefeito Cesar Maia e do atual, Eduardo Paes, com as empresas imobiliárias ali do entorno”, afirma a presidente da AMPVA.

O CASO PINHEIRINHO

Essa situação não é exclusiva do Rio de Janeiro. Pinheirinho, comunidade em São José dos Campos (SP), é considerada a maior ocupação da América Latina. O terreno foi ocupado há oito anos e, no local, viviam 1500 famílias. A desocupação aconteceu em janeiro de 2012 de forma violenta.

Isabela Blanco, estudante de Direito e uma das representantes jurídicas da comunidade de Pinheirinhos, criticou o governo de São Paulo e afirmou que as tentativas para retirar a comunidade de Pinheiros estão relacionadas à especulação imobiliária, ou seja, à manutenção de terrenos na expectativa de que eles se valorizem.

“A área da zona sul de São José dos Campos, que é onde estava a comunidade, é a área que mais cresce. Tem um dado da associação de construtoras de lá

que mostra que 25% do PIB (Produto Interno Bruto) de São José vai avançar para essa construção do setor imobiliário. Ali é uma terra que vale muito dinheiro”, disse Isabela.

O MESMO PROBLEMA EM BUENOS AIRES

A deputada Rocío Sanchez Andía contou durante a Cúpula dos Povos sobre o caso do assentamento Rodrigo Bueno, em Buenos Aires. Lá vivem cerca de 800 famílias. Rodrigo Bueno fica em Puerto Madero, um dos bairros mais nobres da cidade. Bem ao lado do assentamento, estão construindo um luxuoso empreendimento imobiliário.

“Por isso querem retirar a comunidade. Quem vai querer comprar um apartamento luxuoso bem ao lado de um assentamento precário?”, indagou Rocío Sanchez.

Nelson Gonçalves Junior, do Instituto Pólis, declarou que é preciso articular a concepção de reforma urbana que já existe com a perspectiva de incorporá-la com os conflitos que ocorrem em territórios que não estão na cidade.

“E isso inclui problemas de população tradicional, populações rurais. Tentar uma plataforma que traga uma perspectiva de construir uma articulação de territórios mais democrática e sustentável”, disse Nelson.

MINERADORAS NO MÉXICO

O mexicano Emilio Rodriguez, da Assembleia Veracruzana de Iniciativas y Defensa Ambiental, contou que 30% do México está condicionado às mineradoras e que, atualmente, a população de sua cidade luta contra a construção de uma mina a céu aberto.

A cidade de Emílio, Veracruz, luta contra a instalação da mineradora canadense Caballo Blanco. O abaixo-assinado feito pela Aliança Internacional dos Habitantes (AIH) afirma que “o governo federal do México está entregando o território para as mineradoras canadenses que fazem mineração a céu aberto. Essas são mineradoras ecocidas e estamos lutando para evitar que se instalem em Veracruz, pois destroçam a vida, contaminam a água, o vento, a terra, o solo, e deixam um rastro de morte.”

“Estão nos criminalizando. Eles sabem que temos razão. Nossos argumentos são muito contundentes”, disse Emilio, que também defendeu a união entre os movimentos sociais. “Não queremos o capitalismo, não queremos o neoliberalismo. Precisamos buscar pontos de encontro para unificar as nossas lutas e derrotar as grandes empresas.”



Especialistas defendem transporte sobre trilhos

Eles afirmam que faltam canais de diálogo para participação social nas decisões sobre o transporte público

Marcelle Pacheco

A falta de participação popular nas decisões sobre os transportes públicos foi o tema do debate promovido pelo Fórum de Mobilidade Urbana na Cúpula dos Povos.

Cosenza afirmou que o principal problema no desenvolvimento de políticas públicas para o transporte é que os governantes não discutem o assunto com quem o utiliza. “Só sabe o que é fome quem passou fome. Essa dificuldade das empresas e dos governantes em discutir com a população foi a maior mensagem que teve aqui. Por que não escuta as associações? Por que não escutam os usuários? Eles não escutam ninguém”, questionou o engenheiro.

GOVERNO PRIORIZA ÔNIBUS

As associações presentes no evento criticaram o governo do estado e a



Luiz Cosenza, diretor do Senge-RJ

prefeitura por darem prioridade aos ônibus de aos invés dos transportes sobre trilhos, como trens e metrô. Segundo eles, chega a ser irônico ouvir isso durante a Rio+20, onde se está buscando soluções mais limpas para o planeta.

“A Transcarioca é um absurdo”, afirmou Marcelo Santos, presidente da Associação de Defesa dos Usuários de Transportes do Rio de

Janeiro (Adut-RJ). Ele também fez referência ao sistema de ônibus usado na cidade de Curitiba, que vem sendo usado pelo prefeito Eduardo Paes como “inspiração” para os BRTs cariocas. “Curitiba, com 4 milhões de habitantes, chegou à conclusão de que precisa de metrô. Imagina aqui no Rio?”, disse.

OUIDOS FECHADOS

A presidente da Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (Amast), Elzbieta Mitkiewicz, lembrou a luta dos moradores pelo bonde e defendeu o veículo como um importante meio de transporte do bairro.

“Há meses nós estamos tentando falar com o governo estadual para ouvir as 14.500 pessoas que assinaram o abaixo-assinado em defesa do bonde tradicional. Nós também estamos respaldados por ofícios,

pelas declarações de técnicos respeitados, como os do Sindicato dos Engenheiros, Crea-RJ e do Clube de Engenharia, que dizem que é perfeitamente possível fazer o bonde como nós queremos, com o mínimo de arranjos eletromecânicos. Os governos não estão ouvindo nem a sociedade civil nem a engenharia nacional”, disse Elzbieta.

Alcebiades Fonseca, que faz parte do Crea-RJ e do Clube de Engenharia, também criticou o governo do estado e disse que, como engenheiro, não consegue entender como o governo quer realizar um projeto sem um projeto básico.

“Sem um projeto básico não tem como fazer nada. Hoje o secretário de transportes diz ‘O bonde vai custar X’, mas de onde ele tirou esse valor? Sem um projeto não tem como ele saber isso.

construir

RIO 2012 FEIRA INTERNACIONAL DA CONSTRUÇÃO

7-10 NOVEMBRO RIOCENTRO

VENHA
CONSTRUIR
O SEU
FUTURO

- Excelentes oportunidades para fazer negócios e parcerias
- Presença de empresas nacionais e internacionais
- Grandes lançamentos do mercado
- Workshops, palestras e centenas de expositores
- Muitas novidades da Construção Civil em um só lugar

Quem constrói se encontra aqui.

www.feiraconstruir.com.br/rj

feiraconstruir@fagga.com.br
INFORMAÇÕES: Fagga | GL exhibitions
Tel.: (21) 3035-3100

APOIO:
SINDUSCON-RIO

PARCERIA:
KING OURO

PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO:
Fagga | exhibitions



Franklin Moreira, presidente da FNU



Agamenon Oliveira, diretor do Senge-RJ



Gilberto Cervinski, do MAB

Falta de acesso à energia aumenta a concentração de renda

A necessidade de ampliação da luta contra a privatização e uma nova governança no setor energético, com a participação popular através do controle social, ganhou destaque na Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20, realizado no Rio de Janeiro de 15 a 23 de junho

Katarine Flor

Cerca de 1,3 bilhão de pessoas não tem acesso à energia em todo o mundo. Agamenon Oliveira, diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), avalia que o tipo de utilização da energia é um dos fatores que leva ao aprofundamento da concentração de renda.

“Se for mantido o atual modelo de desenvolvimento econômico, alcançar uma produção e distribuição sustentável de energia é impossível.” Segundo ele, o capitalismo é movido pelo lucro e é essencialmente excludente. Por isso, “questões como direitos humanos e sustentabilidade são colocadas sempre em segundo plano”.

Agamenon afirma que é necessário mudar o atual modelo de consumo. Ele lembra que os Estados Unidos possuem 5% da população mundial e consomem 25% da produção de energia.

MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO

O secretário de Relações Internacionais da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Edvaldo Gomes, considera que “a política energética do Brasil vem aprofundando os desníveis regionais, gerando pobreza em vários estados”.

Segundo Edvaldo, a causa dessa desigualdade vem de uma visão excessivamente mercantilista, segundo a qual quem tem mais recursos recebe energia barata, em especial os empresários. Já o cidadão, chamado consumidor cativo, paga pela tarifa um valor maior. Ele lembra que os cidadãos que não podem arcar com os altos preços acabam excluídos. “É preciso mudar esse quadro”, alertou.

CONTROLE PRIVADO

Gilberto Cervinski, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), destaca a importância da energia para gerar o aumento da produtividade do trabalho. Ele afirma que o problema central não é com relação à matriz, mas diz respeito ao controle das corporações sobre a geração de energia.

Gilberto ressalta, ainda, a importância da aliança dos trabalhadores do campo e da cidade como forma de barrar as privatizações e como forma de mudar a lógica do capital que vem se perpetuando dentro do setor e que aprofunda a exclusão social no país.

“Esse modelo de controle privado prejudica os operários das obras de construção das usinas, os atingidos

pelas barragens, os trabalhadores do setor elétrico e a sociedade, que é afetada pelas altas tarifas de eletricidade”, afirma Gilberto.

ATINGIDOS E TRABALHADORES UNIDOS

João Antônio de Moraes, da Federação Única dos Petroleiros (FUP), do Brasil, enfatiza que os trabalhadores do setor da energia não são adversários das comunidades atingidas pelas obras nem do meio ambiente, pois são também vítimas dessa indústria predatória.

Moraes destaca a importância da luta contra a privatização e afirma que as energias consideradas como “renováveis” também têm impactos sobre o meio ambiente e sobre as comunidades. Para ele, a construção de megaempreendimentos, como grandes usinas hidrelétricas, deve ser debatida pela sociedade e não imposta por empresários.

INDUSTRIA NACIONAL

O presidente da Frente Nacional dos Urbanitários, Franklin Moreira, afirma que é preciso avançar da discussão sobre as formas de energia renovável. “Porém, temos de alertar que há muito que se avançar. Um exemplo é a energia eólica, que

tem toda a sua tecnologia importada. Dessa forma ficamos reféns de grupos privados internacionais.”

Franklin ressalta que o Brasil precisa construir uma indústria nacional para gerar melhores empregos e renda. Para ele, é fundamental que haja uma política energética democrática tanto para os trabalhadores do setor quanto para toda a sociedade. Ele destaca como exemplo a chamada renovação das concessões.

“A FNU tem feito esse debate com a sociedade, alertando sobre a importância da renovação imediata, pelo risco que representa a licitação, o novo nome da privatização no setor. Entretanto, o governo ainda não se mostrou aberto a realizar essa discussão com o movimento sindical e as entidades do movimento social. Para nós da FNU, a sociedade tem de participar e ter a possibilidade de escolher as alternativas de matriz mais adequada”, disse.

O assunto foi debatido durante a mesa “Modelo Energético em Países em Desenvolvimento”, promovida pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Plataforma Operária e Camponesa para Energia.

Declaração Final da Cúpula dos Povos critica a economia verde

Movimentos sociais e organizações da sociedade civil denunciam a retirada de direitos humanos e sociais do documento da Rio+20 e apontam a agroecologia como uma proposta viável e realmente sustentável

Katarine Flor

“**A** Rio+20 repete o falido roteiro de falsas soluções defendidas pelos mesmos atores que provocaram a crise global”, constata a Declaração Final da Cúpula dos Povos. O evento foi realizado no Rio de Janeiro, no final de junho, em oposição à Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), na mesma época.

De acordo com o documento apresentado pela Cúpula, “à medida que essa crise se aprofunda, mais as corporações avançam contra os direitos dos povos, a democracia e a natureza, sequestrando os bens comuns da humanidade para salvar o sistema econômico-financeiro”.

MERA NEGOCIAÇÃO DIPLOMÁTICA

A principal crítica da Cúpula dos Povos à Rio+20 é contra a economia verde, um dos eixos centrais do documento final do evento da ONU. “É uma maneira de esverdear uma economia baseada no petróleo e grande

poluidora do meio ambiente”, afirmou Darci Frigo, um dos integrantes da organização da Cúpula dos Povos.

“O que nos preocupa é que o documento final da Rio+20 não traça metas e compromissos claros e é visto como um primeiro passo. Isso mostra que não foi feito avanço nenhum desde a Rio 92”, afirma Frigo. “Os chefes de Estado apenas assinaram um documento de consenso negociado por seus diplomatas. Isso é um fracasso. É preciso dar mais voz à sociedade civil”, afirma.

VELHAS PROMESSAS “VERDES”

“Já foi constatado que a economia verde proposta pela ONU é um fracasso e inclusive uma causa da atual crise alimentar”, disse Larissa Packer, uma das coordenadoras da Cúpula dos Povos.

Segundo Larissa, a “financeirização” e “mercantilização” do meio ambiente tornam a natureza um ativo, um título no mercado, ficando sujeito à ação especulativa. “Sendo assim, como garantir, dentro da economia verde, a conservação ambiental, já que



Pessoas de diversas partes do mundo carregam um globo durante ato unificado em defesa dos be

sua escassez elevará seu valor de mercado?”, questiona. Ela ressalta que é impossível falar em erradicação da pobreza sem que haja a distribuição de riquezas e de terras.

Larissa afirma que a economia verde não passa da já conhecida revolução verde, que apareceu com a promessa de acabar com a fome através do uso de tecnologias que desenvolvem sementes mais resistentes e novos pesticidas.

“O que se viu foi a continuidade da fome, o endividamento das famílias camponesas, que passaram a com-

prar esses produtos, o envenenamento da comida e, até mesmo, a morte de camponeses, principalmente na Índia, desiludidos com essa forma de produção”, afirma.

RESPONSABILIDADES DIFERENCIADAS

A antropóloga Iara Pietricovski é integrante da Cúpula dos Povos e também acompanhou as negociações sobre o texto da Rio+20 por mais de um ano. Ela avalia que uma das principais derrotas diz respeito às “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Iara acre-



Adriana Medeiros

mais ricos para mudar seu padrão de consumo, seu estilo de vida. “Historicamente, os países ricos são mais responsáveis pelas emissões de gases que causam o efeito estufa e ainda hoje poluem muito mais em comparação aos pobres. Ou seja, nações como Japão, Estados Unidos e Canadá saem vitoriosas neste ponto”, exemplifica.

Iara lembra também que o Fundo para o Desenvolvimento Sustentável ficou suspenso por não haver acordo com relação ao dinheiro para ele. As transferências tecnológicas de países ricos para pobres também não estão garantidas.

A ausência de líderes de grandes potências mundiais, como Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido foi criticada.

PERDA DOS DIREITOS DAS MULHERES

Iara conta que, no documento da Rio+20, foram excluídos do texto pontos importantes, como os direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, vetados pelo Vaticano.

Na carta da Cúpula dos Povos a autonomia das mulheres sobre seus corpos ganhou atenção, o feminismo foi apontado como um “instrumento da construção da igualdade”. O ponto que tratava dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres foi retirado do documento final da ONU, após pressão do Vaticano.

bens comuns e contra a mercantilização da vida

ditada que a perda deste princípio é um retrocesso em relação à Rio-92, quando foi criado, e prevê que todos os países são responsáveis pela economia e pelo meio ambiente, mas de maneira diferente.

A antropóloga destaca que o texto final da Rio+20 não obriga os países a criarem mecanismos para garantir estes princípios, sobretudo os mais ricos.

“70% dos recursos mundiais são desfrutados pelos 20% mais ricos”, afirma Iara. Segundo ela, há uma falta de vontade política dos países



Darci Frigo, da organização da Cúpula

PROPOSTAS DOS POVOS

Durante a Cúpula dos Povos foram apresentadas soluções para a transformação da sociedade. Práticas como a economia solidária e a agroecologia, com gestões democráticas e participação popular, foram apontadas como alternativas.

“Nós da agricultura, por exemplo, percebemos que a principal forma de lutar contra esse modelo e por uma agricultura alternativa, é lutar contra os agrotóxicos, porque o agrotóxico é a forma predadora do capital sobre a agri-

cultura”, afirmou João Pedro Stedile, membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

João Pedro lembra que o agronegócio impõe uma agricultura de grande escala, mecanização e uso intensivo de venenos.

E isso gera alimentos contaminados, contaminação do meio ambiente, da água, ou seja, um enorme prejuízo ambiental e da saúde pública, já que o agrotóxico gera câncer.

Por outro lado, a proposta dos trabalhadores é baseada na agricultura familiar e na agroecologia. Aplicando um conjunto de técnicas para produção de alimentos que aumente a produtividade do trabalho e da área, mas sem afetar o equilíbrio do meio ambiente e sem o uso de veneno.

“Para os companheiros que moram em áreas indígenas ou áreas que vêm sendo objeto de especulação das mineradoras, as principais formas de lutar contra o modelo é lutar contra as mineradoras. Espero que o povo da cidade também lute contra esse modelo estúpido do transporte individual, baseado no automóvel, que está poluindo as nossas cidades e as transformando em espaços invisíveis. O principal é que daqui sai outro patamar de consciência para as lutas que têm de ser reproduzidas nos nossos espaços”, conclui João Pedro.

Adriana Medeiros



Larissa Parcker, da ONG Terra de Direitos

Eduardo Sá



João Pedro Stedile, da coordenação do MST

Contribuindo para uma avaliação da Rio+20

“**D**e onde menos se espera, daí é que não sai nada”, uma velha máxima do humorista Aparício Torelli, conhecido pelo pseudônimo de Barão de Itararé, pode servir como um razoável início de avaliação do que foi, ao final das contas, a Rio+20, em junho passado, no Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, basta observar o contexto das discussões

multilaterais (neste ambiente de crise dos últimos cinco anos no cenário internacional, quase todas as reuniões internacionais deram em nada, ou quase nada, sejam as reuniões da conferência de mudanças climáticas, sejam as reuniões da Organização das Nações Unidas – ONU ou da Organização Mundial do Comércio – OMC), e ver que dessa reunião muito pouco ou nada deveria ser esperado. Mesmo as reuniões do chamado G-20 só apresentaram conclusões efetivas no fim de 2008 e em 2009, quando se tratava de salvar os grandes aplicadores financeiros, as grandes instituições financeiras internacionais e as gran-



Protestos contra a Rio+20

des corporações transnacionais.

Depois, os mesmos considerandos, os mesmos reconhecimentos, as mesmas tomadas de notas, as mesmas reafirmações de todas as outras reuniões recentes, a mesma necessidade de estudos, de novas reuniões – ou seja, o mesmo jargão diplomático para produzir documentos mesmo que nada de muito efetivo tenha sido resolvido. Sobre os dois principais pontos de discussão, a criação de um fundo mundial para o desenvolvimento sustentável e a mudança do PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com a provável criação de um órgão da ONU com status superior para cui-

dar dos assuntos do desenvolvimento sustentável, redações ensaboadas e nenhuma definição mais clara.

Ou seja, talvez os líderes internacionais tenham subestimado o cenário internacional recente, mas também subestimado as necessidades urgentes quanto às mudanças de rumo do desenvolvimento do planeta, que segue ameaçado na sua existência. Mesmo se tivesse alguma possibilidade efetiva de avanço na Rio+20, muito provavelmente esse avanço teria se dado em um sentido sobre o qual existem muitas dúvidas. Em realidade, a chamada “economia verde”, conceito ainda vago sobre o qual se baseavam as possibilidades de avanço, se apoia

aparentemente em apostas muito fortes quanto a mudanças tecnológicas e suas possibilidades de salvar o rumo das coisas. O sentimento das organizações sociais reunidas no evento paralelo, a chamada Cúpula dos Povos, entretanto, não

se mostrava tão otimista frente às possibilidades de mudanças tecnológicas, e apontava para a insuficiência dessas mudanças caso não fossem alterados substancialmente os padrões de produção e consumo que até aqui prevaleceram. Ou seja, salvar o planeta para as futuras gerações não será possível só com mudanças, mas dependerá de grandes transformações.

Salvar o planeta para as futuras gerações não será possível só com mudanças, mas dependerá de grandes transformações

1) Compõem o G-20: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia.

2) A esse respeito, vale a pena uma leitura do documento final da conferência, intitulado “The Future We Want”, disponível em <http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/>.

DIEESE • Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos • www.dieese.org.br

Senge-RJ e NPC apresentam:

“Clube da Lua”

um filme de de Juan J. Campanella

Dia 26/07, às 19h - Auditório do Senge-RJ
Av. Rio Branco, 277 - Cinelândia
Entrada Franca

Senge-RJ

NPC

Engenheiros defendem mudança na economia

A transição para a agroecologia e a reforma agrária são uma das principais propostas defendidas pela categoria

Katarine Flor

Um evento promovido no dia 16 de junho pelo Sindicato dos Engenheiros do Rio e pela associação e pelo fórum dos Engenheiros Agrônomos debateu o tema “soberania e segurança alimentar”. O debate ocorreu durante na Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20.

Os engenheiros acreditam que é impossível promover um desenvolvimento social e ambientalmente sustentável se não houver mudanças no atual modelo econômico.

A concentração de terras, por exemplo, é um dos principais problemas deste modelo. Já que, segundo um documento apresentado por eles, 1% dos estabelecimentos concentram 46% do total de áreas cultiváveis no Brasil.

O engenheiro agrônomo Jonas Dantas comentou que “nós saímos das rédeas dos coronéis e fomos parar nas mãos das grandes corporações da agroindústria”.



Adriana Medeiros

De pé, Leonel Rocha, presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos, fala durante a mesa

Dantas lembrou que o Brasil usa ¼ de todo agrotóxico consumido no mundo. Ele afirmou, ainda, que ter segurança alimentar não é só ter o alimento, mas é ter um alimento saudável.

O presidente da associação das co-

lônias de pescadores de São Gonçalo, José Mesquita, comentou que tanto os agricultores quanto os pescadores vêm perdendo seu espaço de produção para empresas multinacionais.

Leonel Rocha, presidente da As-

sociação dos Engenheiros Agrônomos do Rio, afirmou que é preciso que haja uma transição da agricultura baseada no agronegócio para um modelo agroecológico. Isto é, parar de investir em uma forma de produção que cultiva um só produto em larga escala e faz uso intenso de agrotóxicos para outro que busca diversificar os alimentos e não usa venenos.

Ele explica que a produção do agronegócio é voltada para a exportação. E lá fora, a matéria-prima, que produzimos, é transformada em outros produtos. Dessa forma, ganha mais valor e, muitas vezes, ela volta para ser consumida aqui.

O diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Jorge Antônio concluiu dizendo que esta é uma questão que está associada também às áreas urbanizadas.

“Afim, alimentação, acesso à terra e energia são temas que envolvem todos”, afirmou.

A cidade é maravilhosa e a temporada é de bons negócios.

WWW.RIOINFRA.COM.BR

RIO|infra estrutura

3ª Feira Internacional de Máquinas, Produtos e Serviços para Obras de Infraestrutura

7-9 | Novembro 2012 | 14h às 21h

RIOCENTRO | RJ

A **Rio Infraestrutura** se consolida como um importante canal de negócios ao reunir grandes profissionais do setor e apresentar a vitrine mais completa de máquinas e equipamentos pesados. Um grande evento que conta com a presença de fornecedores, locadoras, empreiteiras e construtoras e oferece o espaço ideal para realizar ótimos negócios com os maiores empreendedores do mercado de infraestrutura do país.



Construção e Engenharia



Veículos, Máquinas e Equipamentos



Transportes e Logística



Pavimentação e Manutenção de Infraestrutura



Ferramentas e Acessórios

GARANTA SEU ESPAÇO E REALIZE BONS NEGÓCIOS!

São Paulo: 11 3060-4901 | Rio de Janeiro: 21 3035-3183

E-mail: info@rioinfra.com.br

Organização e Promoção

Reed Exhibitions
Alcantara Machado

Fagga | exhibitions

Apoio

ANICER

Marcha da Cúpula dos Povos

■ Na tarde de 20 de junho, o ato unificado, realizado em defesa dos bens comuns e contra a mercantilização da vida, lotou a avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro. Na via, de quase dois quilômetros, foi possível ouvir idiomas de diversos países do mundo. Nem mesmo a chuva desanimou as mais de 50 mil pessoas que carregavam cartazes e bandeiras de distintos movimentos sociais. Eram feministas, sindicalistas, ambientalistas, entre outros.



Ato pelo direito ao território na Vila Autódromo

Katarine Flor

Cerca de dois mil manifestantes de vários movimentos sociais do país e do mundo participaram do ato exigindo a permanência de comunidades ameaçadas por megaeventos e grandes empreendimentos. O ato partiu da Vila Autódromo, localizada na Zona Oeste do Rio.

A comunidade, fica a aproximadamente 500 metros do Riocentro, onde ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

A Vila Autódromo é ameaçada pelo fantasma da remoção há 40 anos. Atualmente, sua retirada está prevista no plano de obras das Olimpíadas de 2016.

Os manifestantes também protestaram contra a remoção de outras comunidades do Rio de Janeiro e do Brasil, justificadas pelo governo por obras para megaeventos como a Copa de 2014 e empreendimentos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).



Próximo à comunidade havia uma barricada do Batalhão de Choque da Polícia Militar, na avenida Salvador Allende. Os PMs estavam armados com cassetetes, bombas de gás lacrimogênio, coletes à prova de balas e máscaras protetoras. Apesar da tensão, não houve confronto.



Diversos grupos indígenas estiveram na marcha. O cacique caiapó Raoni Metuktir esteve na manifestação. O cacique ficou famoso em 1989 pela luta contra a barragem de Kararaô, em Altamira, no Pará — mesma região onde hoje está sendo construída Belo Monte.

O ministro-chefe da Secretaria-

Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, foi à manifestação cumprindo exigência dos indígenas que reivindicaram a entrada de uma comissão na conferência da ONU. A comissão conseguiu entrar na conferência e entregar o documento dos indígenas que exigiam demarcação de terras tradicionais e garantia à educação.

reúne mais de 50 mil pessoas

Fotos: Adriana Medeiros



Mulheres e homens lutam contra o machismo



A Marcha das Mulheres foi realizada no dia 18 de junho no centro do Rio de Janeiro e reuniu cerca de oito mil pessoas de várias partes do mundo. Este foi o primeiro ato público realizado dentro da Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20.

A manifestação reuniu mulheres

e homens do campo e da cidade para lutar contra a desigualdade de gênero, o racismo e todas as formas de preconceito. As feministas defenderam a mudança do atual modelo econômico, que, segundo elas, aprofunda as desigualdades e coloca as mulheres em um regime de submissão e muita pobreza.



Ativistas lutam pelo direito à comunicação

A Cúpula dos Povos mostrou que a comunicação pode ser colaborativa e de qualidade

Marcelle Pacheco e Katarine Flor

Comunicadores populares e alternativos de vários países mostraram um lado da Cúpula que a mídia comercial insistiu em esconder. Realizado em junho, no Rio de Janeiro, em oposição à Rio+20, o evento reuniu manifestantes de várias partes do Brasil e do mundo.

Diversas organizações da sociedade civil participavam da construção coletiva da comunicação da Cúpula, contribuindo com notícias, informações, textos e vídeos. Foi possível ouvir vozes de várias partes do mundo.

A assessora de comunicação da Cúpula, Tânia Coelho, afirma que foi possível “quebrar os bloqueios” e que a comunicação da Cúpula foi “um sucesso de mídia”. “A mídia [comercial] tentou vender a ideia de que no Riocentro estava a inteligência e no Aterro do Flamengo o folclore. Isso não surpreende porque é sempre assim. A participação dos movimentos sociais acabou derrubando isso”, comemora Tânia.

OLIGOPÓLIO DA COMUNICAÇÃO

Para João Pedro Stédile, membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos maiores problemas do Brasil está no oligopólio dos meios de comunicação.

João Pedro lembra que é a burguesia, com o seu poder econômico, que controla diretamente as redes de televisão, revistas e jornais.

“Se nós queremos um Brasil mais democrático, é fundamental que a população tenha acesso à informação”, afirmou.

PAPEL DA MÍDIA ALTERNATIVA

“Então, nós dos movimentos sociais e do MST em particular somos muito gratos a todos vocês que atuam na imprensa alternativa e que fazem dos seus meios, seja na internet ou nas rádios comunitárias, um instrumento pela democratização da informação. Espero que vocês continuem muitos anos assim, até chegar o dia em que a gente consiga democratizar os meios de comunicação, que hoje estão sob controle do capital”, disse João Pedro.

“MÃO NA MASSA”

O site da Cúpula dos Povos começou a funcionar ainda em dezembro do ano passado e acompanhou todo o processo de preparação do evento. Com notícias e artigos escritos por pessoas de várias partes do mundo, o site foi uma fonte de informação, mas

também um canal para os participantes da Cúpula tirarem suas dúvidas.

A TV Cúpula esteve no ar durante todo o evento. A programação foi exibida em 20 monitores de 50 polegadas espalhados pelo Aterro do Flamengo e, também, via web TV, com transmissão direta pelo site.

A Rádio Cúpula foi instalada ao lado do Museu de Arte Moderna (MAM). Os participantes podiam ver os comunicadores fazendo seus programas ao vivo.

A programação foi transmitida simultaneamente por web rádio e também foi veiculada via antena, com uma potência de 25watts, o que equivale a um raio de aproximadamente 1km.

Adriana Medeiros



Ativistas se mobilizam contra o fechamento da Rádio Cúpula

Rádio resiste a fechamento

Agentes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e policiais militares tentaram fechar a Rádio dos Povos em seu segundo dia de funcionamento, 17 de junho. Comunicadores e ativistas abraçaram a emissora e impediram a ação repressiva.

Após horas de negociações entre representantes da Anatel, do Ministério das Comunicações, da Empresa Brasileira de Comunicações (EBC), da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc) e outros militantes pelo direito à comunicação, a rádio recebeu uma licença provisória do Ministério das Comunicações para voltar a operar.

A Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) assumiu a responsabilidade pela rádio.

No dia 17, a rádio ficou no ar até o final da programação ao vivo e continuou apenas pela internet, mas voltou a funcionar no dia seguinte pela manhã com apenas 5 watts, potência considerada baixíssima.

Arthur William, representante nacional da Amarc criticou a Lei 9612, que “instituiu o serviço de radiodifusão comunitária”. Segundo ele, a norma apenas criminaliza quem faz comunicação comunitária no país, ao invés de efetivamente ajudar na democratização dos meios.

“Essa lei foi criada durante o governo Fernando Henrique Cardoso somente para benefício das grandes empresas, com o objetivo de continuar mantendo as rádios comunitárias pequenas e pobres.”



SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, 17o andar Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

imprensa@sengerj.org.br

Impresso
Especial

9912181248/2007/DR/RJ
SENGE/RJ

---CORREIOS---

